

HABEAS CORPUS Nº 556.946 - SP (2020/0005178-3)

RELATOR : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : MARIA FERNANDA DOS SANTOS ELIAS - SP224586
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUCAS AUGUSTO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, substitutivo de recurso especial, sem pedido liminar, impetrado em favor de **LUCAS AUGUSTO**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** no **Agravo em Execução n. 9001642-35.2019.8.26.0050**.

Consta dos autos que o d. Juízo das execuções homologou, em 6/5/2019, a falta de natureza grave praticada em 24/1/2017 pelo ora paciente, consistente em evasão, e determinou a perda de um terço dos dias remidos (fls. 16-17).

Irresignada, a Defesa interpôs agravo em execução perante o eg. Tribunal de origem, o qual, à unanimidade, negou provimento ao recurso, nos termos do v. acórdão de fls. 30-33, não ementado.

No presente **writ**, a impetrante alega, em síntese, que o prazo prescricional de 2 (dois) anos previsto no art. 114, I, do Código Penal, deve ser adotado para aplicação das penalidades decorrentes de faltas disciplinares, por ser o menor prazo existente na legislação penal.

Aduz que *"os fundamentos apresentados pelo E. Tribunal de Justiça de São Paulo para determinar o não reconhecimento da prescrição da falta grave não estão em acordo com a legislação vigente"* (fl. 4).

Argumenta que *"tanto o artigo 30 da Lei nº 11.343/2006, quanto o artigo 114, inciso I, do Código Penal, estabelecem prazo prescricional de dois anos, o qual deve ser adotado em sede de execução penal, por ser o menor*

Superior Tribunal de Justiça

prazo prescricional previsto para crimes, como já foram decididas inúmeras vezes. Assim, deve ser este o prazo prescricional adotado nas faltas disciplinares, que possuem gravidade menor do que crimes" (fl. 6).

Assere, ainda, que *"cumpre mencionar, também, que é expressamente vedado pelo Direito Penal a aplicação de qualquer tipo de analogia em prejuízo do réu. Sendo assim, a única conclusão possível é a de que a prática de falta disciplinar de natureza grave está prescrita, e não cabe mais tal ato ser termo interruptivo para análise de eventuais benefícios em sede de execução, sendo imperativa a cassação da decisão do e. Tribunal de Justiça de São Paulo"* (fl. 8).

Requer, ao final, a concessão da ordem para que *"seja cassada a decisão do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para o fim de declarar prescrita a falta grave, pois já decorreu dois anos desde a conduta"* (fl. 8).

Não foi formulado pedido liminar.

As informações foram prestadas às fls. 41-59.

O Ministério Público Federal, às fls. 63-67, manifestou-se pela **denegação da ordem**, em parecer ementado nos seguintes termos:

"HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. FALTA DISCIPLINAR DE NATUREZA GRAVE. PRESCRIÇÃO. APLICAÇÃO DO MENOR PRAZO PREVISTO NO ART. 109 DO CÓDIGO PENAL. PRAZO PRESCRICIONAL DE 3 (TRÊS) ANOS. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PARECER PELA DENEGAÇÃO DA ORDEM."

É o relatório.

Decido.

A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, sedimentou orientação no sentido de não admitir **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos

excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Tal posicionamento tem por objetivo preservar a utilidade e eficácia do **habeas corpus** como instrumento constitucional de relevante valor para proteção da liberdade da pessoa, quando ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, de forma a garantir a necessária celeridade no seu julgamento. Assim, incabível o presente **mandamus**, porquanto substitutivo de recurso especial.

Em homenagem ao princípio da ampla defesa, no entanto, passa-se ao exame da insurgência, a fim de se verificar eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício.

Pois bem.

Conforme delimitado anteriormente, pretende a impetrante, em síntese, o reconhecimento da prescrição da falta grave imputada ao apenado, porquanto decorrido o prazo de 2 (dois) anos previsto no art. 114, I, do Código Penal.

Para a adequada delimitação da **quaestio**, importa transcrever excerto do v. acórdão proferido pelo eg. Tribunal de origem sobre a matéria (fls. 32-33 - grifei):

"Ao agravante foi imputada falta disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 50, inciso II da Lei de Execução Penal, consistente em evasão.

Em que pesem os argumentos da defesa, não há que se falar em prescrição.

Isso porque a Suprema Corte já fixou posicionamento no sentido de se considerar, para fins de prazo de prescrição da apuração de faltas graves, o lapso temporal mínimo do artigo 109 do Código Penal, qual seja: 03 (três) anos.

[...]

Assim, de acordo com as informações contidas nos autos, verifico que o lapso prescricional de 03 (três) anos não foi atingido, uma vez que o fato praticado pela agravante se deu em 24 de janeiro de 2.017, sendo apreciado pelo Juízo da execução em 06 de maio de 2.019.

Portanto, configurada a falta grave, entendo acertada a decisão judicial que a homologou, merecendo ser mantida."

A respeito da prescrição da pretensão punitiva relativa à falta disciplinar grave, importante destacar que esta Corte de Justiça tem entendimento sedimentado no sentido de que o prazo prescricional do art. 109, VI, do Código Penal, deve ser aplicado às faltas graves praticadas no curso da execução penal, por se tratar do menor prazo prescricional para sanções na seara penal, em razão da ausência de norma específica.

A propósito:

"EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. FALTA GRAVE. PRESCRIÇÃO. PRAZO. APLICAÇÃO ANALÓGICA DO ART. 109, VI, DO CP. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. WRIT NÃO CONHECIDO.

1. O Supremo Tribunal Federal, por sua Primeira Turma, e a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, diante da utilização crescente e sucessiva do habeas corpus, passaram a restringir a sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade. Esse entendimento objetivou preservar a utilidade e a eficácia do mandamus, que é o instrumento constitucional mais importante de proteção à liberdade individual do cidadão ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, garantindo a celeridade que o seu julgamento requer.

2. As Turmas que compõem a Terceira Seção desta Corte firmaram o entendimento de que, em razão da ausência de legislação específica, a prescrição da pretensão de se apurar falta disciplinar, cometida no curso da execução penal, deve ser regulada, por analogia, pelo prazo do art. 109 do Código Penal, com a incidência do menor lapso previsto, atualmente de três anos, conforme dispõe o inciso VI do aludido artigo.

3. In casu, a falta grave foi cometida em 11/3/2012, tendo sido homologada pelo Juízo das Execuções Penais da Comarca do Rio de Janeiro/RJ somente no dia 19/6/2017.

4. A conduta foi praticada após a edição da Lei n. 12.234/2010, cujo menor lapso prescricional é de 3 anos, prazo já implementado na data da homologação da infração disciplinar. Existência, portanto, de constrangimento ilegal.

5. Habeas corpus não conhecido. Contudo, ordem concedida de ofício para declarar a prescrição da falta

praticada pelo sentenciado e determinar, em consequência, que o Juízo das Execuções Criminais, sem levar em conta o cometimento da supramencionada infração disciplinar, promova a retificação dos cálculos da pena e analise o pedido de progressão de regime formulado em benefício do paciente." (HC 426.905/RJ, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares Da Fonseca**, DJe 08/03/2018, grifei).

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO. DESCABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. FUGA. FALTA GRAVE. APURAÇÃO. PRAZO PRESCRICIONAL. APLICAÇÃO DAS NORMAS PREVISTAS NO CÓDIGO PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. WRIT NÃO CONHECIDO.

1. Em consonância com a orientação jurisprudencial da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal - STF, esta Corte não admite habeas corpus substitutivo de recurso próprio, sem prejuízo da concessão da ordem, de ofício, se existir flagrante ilegalidade na liberdade de locomoção do paciente.

2. O Superior Tribunal de Justiça reconhece a aplicação, por analogia, do prazo prescricional previsto no art.109, inciso VI, do Código Penal, para apuração das faltas graves praticadas no curso da execução penal. Desde a publicação da Lei n. 12.234, de 5/5/10, o prazo para que a infração disciplinar seja apurada e homologada em Juízo é de 3 anos, a contar do cometimento da referida falta disciplinar.

3. Consoante entendimento desta Corte, o marco inicial da prescrição para apuração da falta grave, no caso de fuga, é o dia da recaptura do foragido, uma vez que se trata de infração permanente. Precedente.

Habeas corpus não conhecido." (HC 403.398/RS, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Joel Ilan Paciornik**, DJe 12/03/2018, grifei).

"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE. APURAÇÃO. DETERMINAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. PRESCRIÇÃO. APLICAÇÃO ANALÓGICA DO ART. 109 DO CP. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

1. A decisão agravada deve ser mantida por seus próprios fundamentos, porquanto, nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, a prescrição das faltas

disciplinares de natureza grave, em virtude da inexistência de legislação específica, regula-se, por analogia, pelo menor dos prazos previstos no art. 109 do Código Penal, qual seja, 3 anos, nos termos do disposto na Lei n. 12.234/2010, não se aplicando, pois, prazo distinto previsto em norma local, por invasão da competência reservada à lei federal.

2. Agravo regimental improvido." (AgRg no HC 365.687/ES, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Nefi Cordeiro**, DJe 23/03/2017, grifei).

Assim, para a apuração da falta disciplinar, diante da inexistência de disposição específica na Lei de Execuções Penais, a jurisprudência adota o menor prazo prescricional previsto na lei penal, qual seja, 3 (três) anos, **ex vi** do art. 109, VI do Código Penal.

No caso dos autos, a falta grave foi cometida em **24/1/2017** e homologada em **6/5/2019**, ou seja, em menos de 3 (três) anos, contados da data da prática disciplinar grave (fl. 17).

Portanto, não há que se falar em prescrição da pretensão punitiva da falta grave, estando o v. acórdão guerreado em total sintonia com a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, **não conheço** do presente **habeas corpus**.

P. I.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator